COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 4.752, DE 2020

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para garantir prioridade na aplicação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública nos programas destinados à qualidade de vida dos profissionais de segurança pública com deficiência decorrente de ações no exercício ou em razão da função.

Autores: Deputada MAJOR FABIANA e

outros

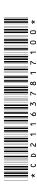
Relator: Deputado SANDERSON

I. RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei que visa garantir a prioridade na aplicação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública nos programas destinados à qualidade de vida dos profissionais de segurança pública com deficiência decorrente de ações no exercício ou em razão da função.

Em sua justificativa, destacam os autores da proposição a importância do fomento de políticas públicas voltadas à qualidade de vida dos profissionais de segurança pública com deficiência decorrente de ações no exercício ou em razão da função. Poderam, por fim, a necessidade de ajustes na destinação do Fundo Nacional de Segurança Pública, de modo a "dar um mínimo de dignidade àqueles que doaram sua higidez em prol de uma sociedade livre".





O Projeto de Lei nº 4.752, de 2020, foi distribuído para as Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO); Finanças e Tributação (CFT) e; Constituição Justiça e de Cidadania (CCJC), estando sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões em regime de tramitação ordinário.

Aberto o prazo para o oferecimento de emendas, não foram oferecidas emendas ao projeto.

É o relatório

II. VOTO DO RELATOR

Vem ao exame desta Comissão temática o Projeto de Lei nº 4.752, de 2020, que visa garantir a prioridade na aplicação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública nos programas destinados à qualidade de vida dos profissionais de segurança pública com deficiência decorrente de ações no exercício ou em razão da função.

No que cabe a esta Comissão analisar, verifico que a proposição é meritória e merece ser aprovada.

Isso porque, hoje, a despeito de existir na lei que trata do Fundo Nacional de Segurança Pública uma previsão de aplicação de 10% a 15% das verbas em programas de melhoria da qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, não há um recorte para os profissionais com deficiência, o que dificulta sobremaneira a destinação desses recursos para esses profissionais.

Nesse contexto, a fim de corrigir essa distorção e de dar um mínimo de dignidade àqueles que doaram sua higidez em prol de uma sociedade livre, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.752, de 2020.

Sala da Comissão, em 01 de Julho de 2021.

Ubiratan **SANDERSON**

Deputado Federal (PSL/RS)



